

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

OS RESULTADOS ELEITORAIS DE 1980

LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS

As estatísticas eleitorais publicadas pelo M. A. I. — S. T. A. P. E. desde 1975 permitem um tratamento exaustivo dos resultados eleitorais, na medida em que os dados, sendo referenciados à unidade espacial freguesia, e tendo uma periodicidade bastante elevada (que está naturalmente ligada ao número de actos eleitorais realizados), possibilitam analisar pormenorizadamente a diferenciação espaço-temporal do voto.

Se os aspectos referidos facilitam os estudos eleitorais, não são, no entanto, suficientes para confirmar hipóteses explicativas, já que as estatísticas publicadas, referentes aos indicadores da estrutura sócio-económica que condiciona o voto, são escassas, nomeadamente no que se refere à periodicidade.

Pretendemos nesta nota analisar comparativamente os resultados das eleições realizadas no ano de 1980 — Eleição para a Assembleia da República (5 de Outubro) e Eleição para a Presidência da República (7 de Dezembro). A escolha destas eleições residiu tanto no facto de já haverem sido publicados estudos sobre as eleições anteriores, como por pensarmos que as eleições de 1980 ilustram bem uma característica relevante do comportamento eleitoral — a mobilidade do voto; embora este aspecto se tenha já delineado em eleições anteriores, cremos que em 1980 alcançou maior impacto, não só pela proximidade temporal entre os dois actos eleitorais, como pelo diferente significado que cada um deles assume perante o eleitorado. Ou seja, a relação que normalmente se estabelece entre a percentagem de votos num candidato à presidência e a percentagem de votos nos partidos que apoiam essa candidatura, levanta algumas reservas, na medida em que o carácter personalizado inerente à eleição presidencial parece pôr em causa a definição dum sistema partidário — referência que actua claramente nas eleições legislativas (tendo em conta que o sistema de escrutínio definido na lei eleitoral de 1975 se baseia em listas plurinominais).

Começamos por analisar a evolução da implantação espacial dos partidos, atendendo a que a definição das áreas de implantação das principais forças partidárias, em 1980, identifica não só a estrutura social do país como também as alterações que se vêm registando no comportamento eleitoral desde 1975, e que pensamos corresponderem mais a circunstâncias conjunturais do que a modificações estruturais. As figuras 1, 2, 3 e 4, que ilustram as alterações verificadas de 1975 a 1980, permitem observar uma forte redução da área de implantação do PS, partido que tem actuado como a charneira política e espacial entre a direita e a esquerda. Consequentemente, o espaço dos partidos à direita e esquerda do PS tem vindo a alargar-se progressivamente, o que corresponde, ao nível ideológico, a uma definição mais clara do eleitorado.

A dificuldade em diferenciar a esquerda e a direita no sistema partidário foi em parte superada na eleição presidencial de 1980, em que as três principais forças (AD, FRS, APU) se dividiram entre dois candidatos. Assim, poderemos falar dum candidato de direita e dum candidato de esquerda, ressalvando o facto desta identificação não ser possível com base nos programas de candidatura e em algumas formas de apoio.

As figuras 5 e 6 permitem comparar as áreas de implantação de cada um dos candidatos à presidência com as das forças partidárias que apoiaram, explícita ou implicitamente, as candidaturas. Como tínhamos referido anteriormente, esta análise não é linear; no entanto, pretendemos através da análise estatística e cartográfica encontrar hipóteses explicativas para as alterações verificadas na comparação dos dois mapas. Desta comparação ressalta principalmente o alargamento do espaço da «esquerda» no Centro Interior e na área periférica do Porto. A figura 7 revela-nos mais claramente a variação entre o eleitorado que apoiou Ramalho Eanes e o que tinha votado nos partidos que apoiaram a sua candidatura. Para além de verificarmos que, à excepção do concelho de Barrancos, essa variação foi sempre positiva, podemos ainda verificar que ela foi mais forte no Norte e Centro Litoral, no Centro Interior e no Algarve, distinguindo-se em cada uma destas áreas «focos» de maior intensidade de variação, com especial relevo para o Norte Litoral, onde um grande número de concelhos registou variações superiores a 15 %.

Esta variação, registada em todo o país e muito acentuada nas áreas já referidas, representa uma mobilidade do eleitorado que cremos não estar exclusivamente ligada ao carácter personalizado da eleição presidencial. Assim, surgiu-nos como hipótese explicativa o facto de o eleitorado correspondente à diferença entre a votação em Ramalho Eanes e a votação nos partidos que o apoiaram (realizada dois meses antes) corresponder à faixa do eleitorado que se tem progressivamente afastado do PS para dar o seu apoio à direita. Tentámos confirmar esta hipótese através da cartografia da variação do voto PS/FRS: verifica-se pelo mapa da figura 8 que a variação é negativa na maioria dos concelhos, o que confirmaria a hipótese posta à partida. Observa-se,

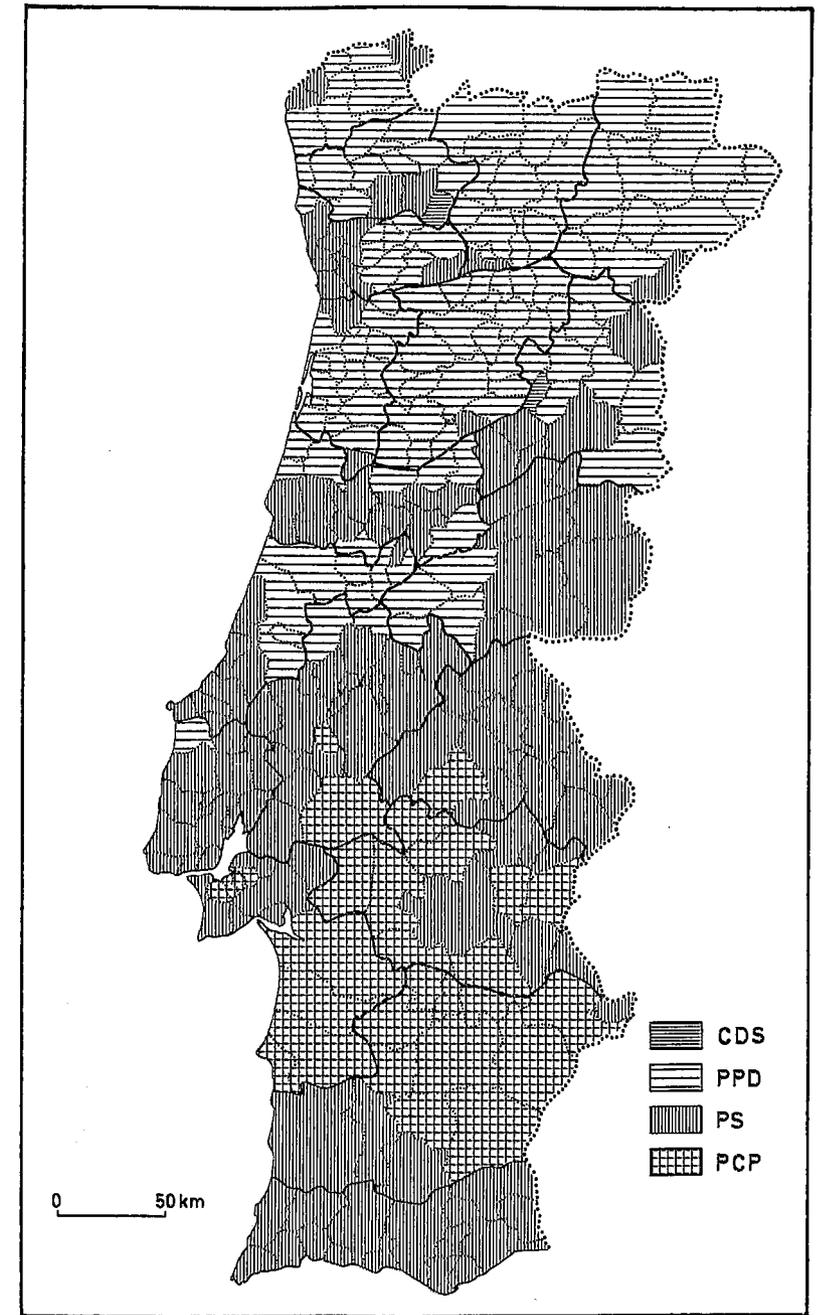
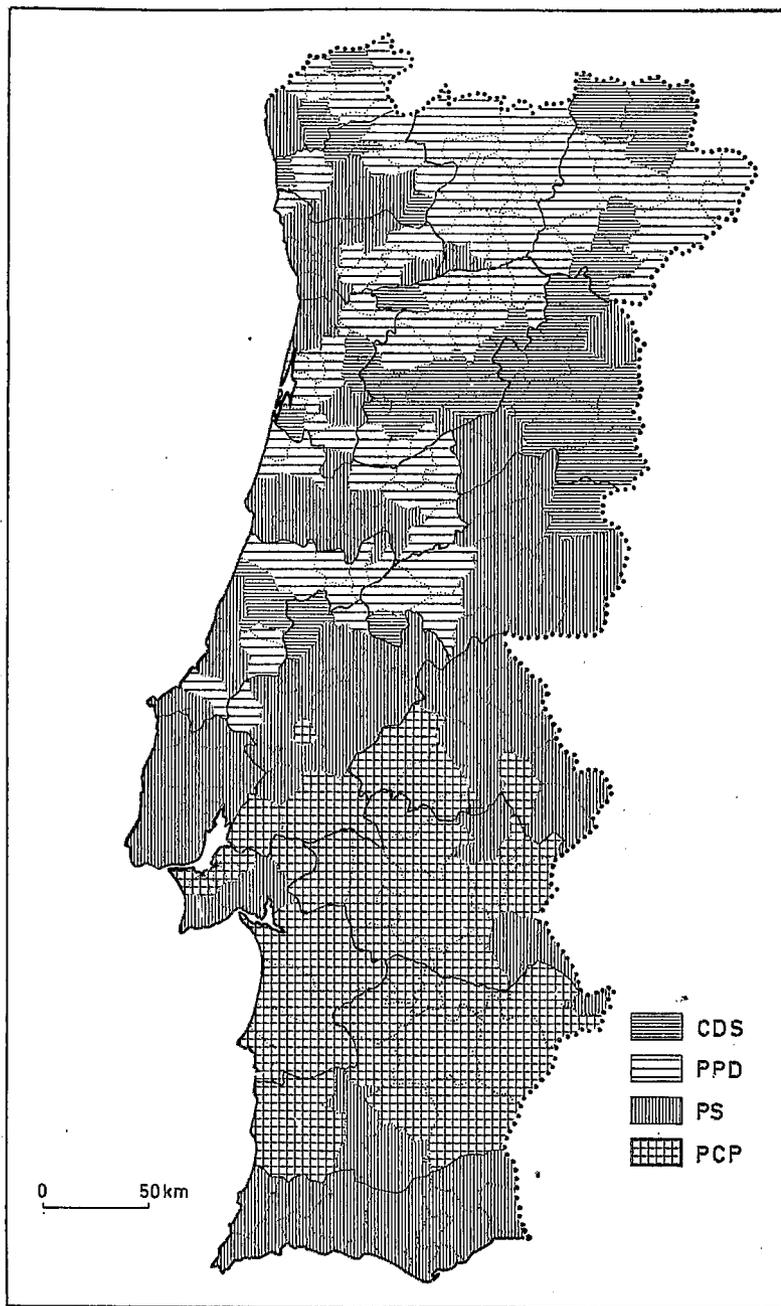
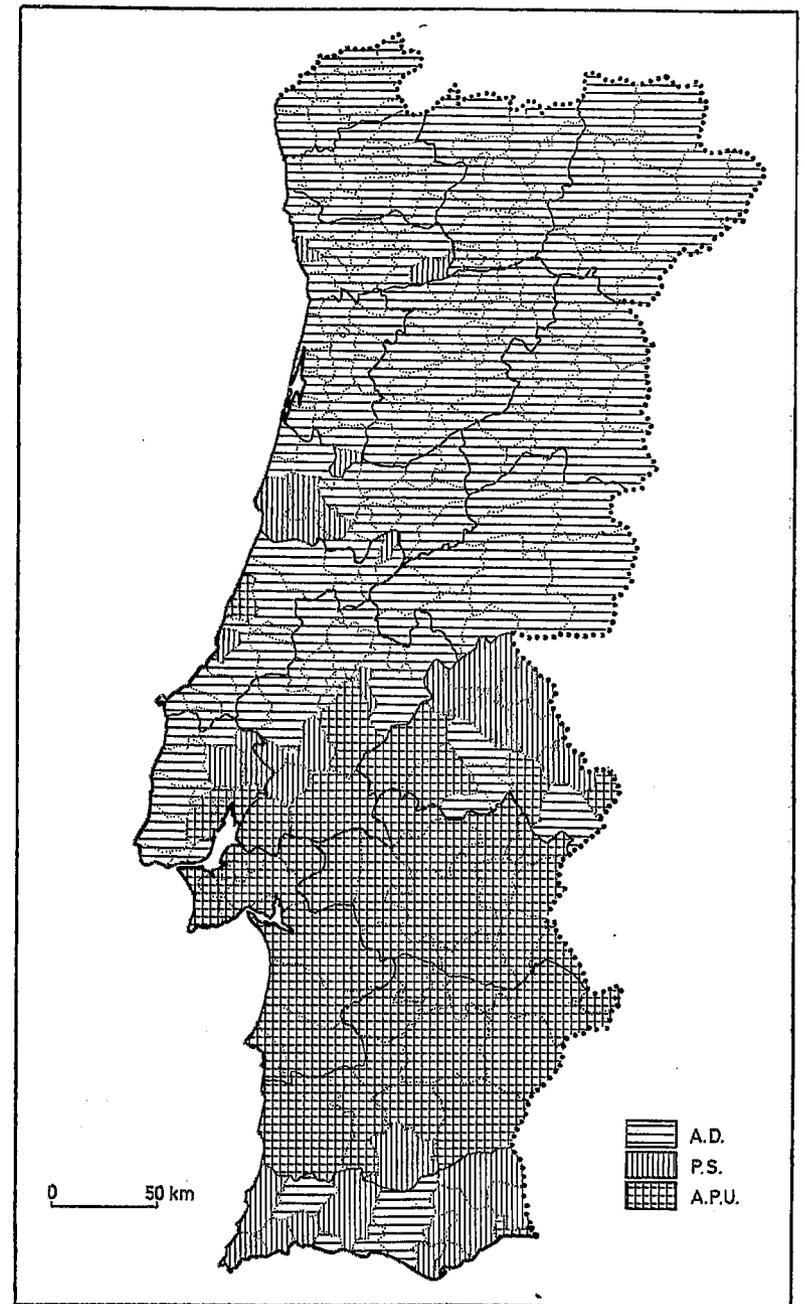


Fig. 1 — Eleições para a Assembleia Constituinte — 1975.
Partidos vencedores.



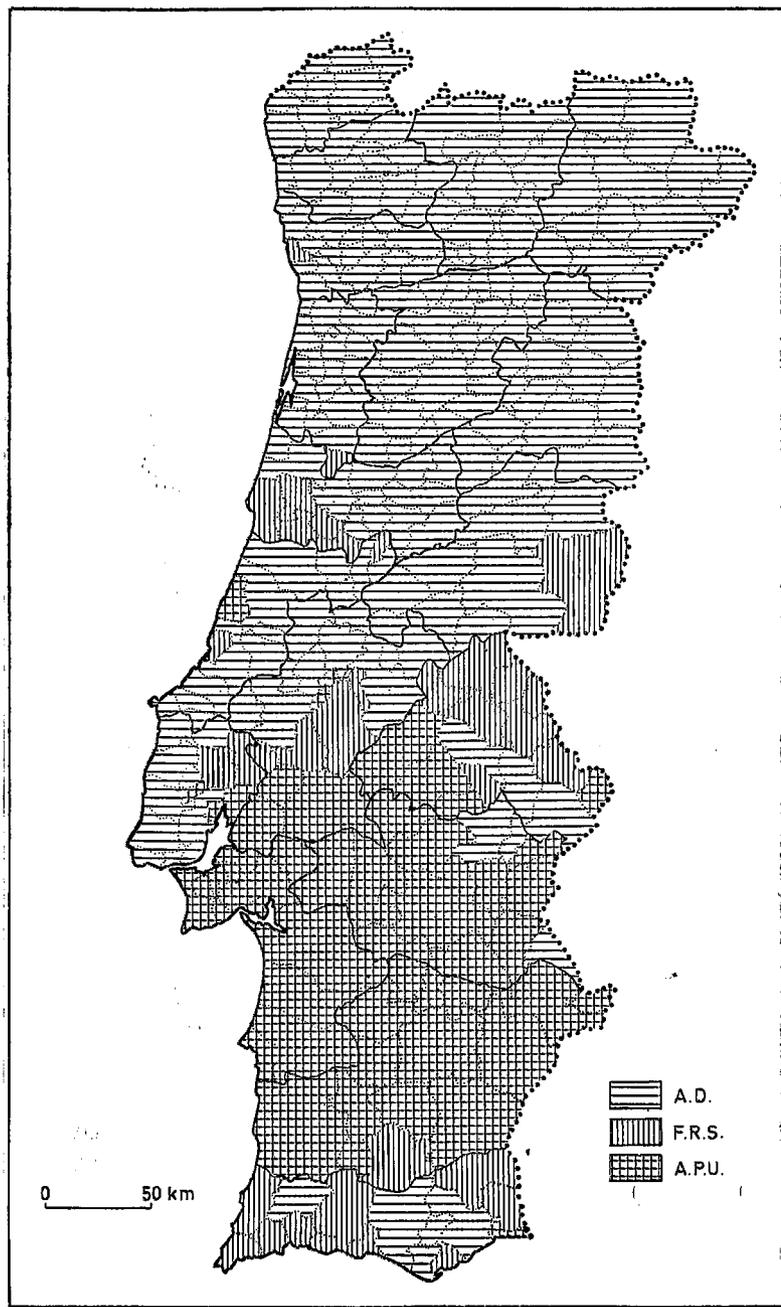
Des. O. Amaral
e F. Nunes 81

Fig. 2 — Eleições para a Assembleia da República — 1976.
Partidos vencedores.



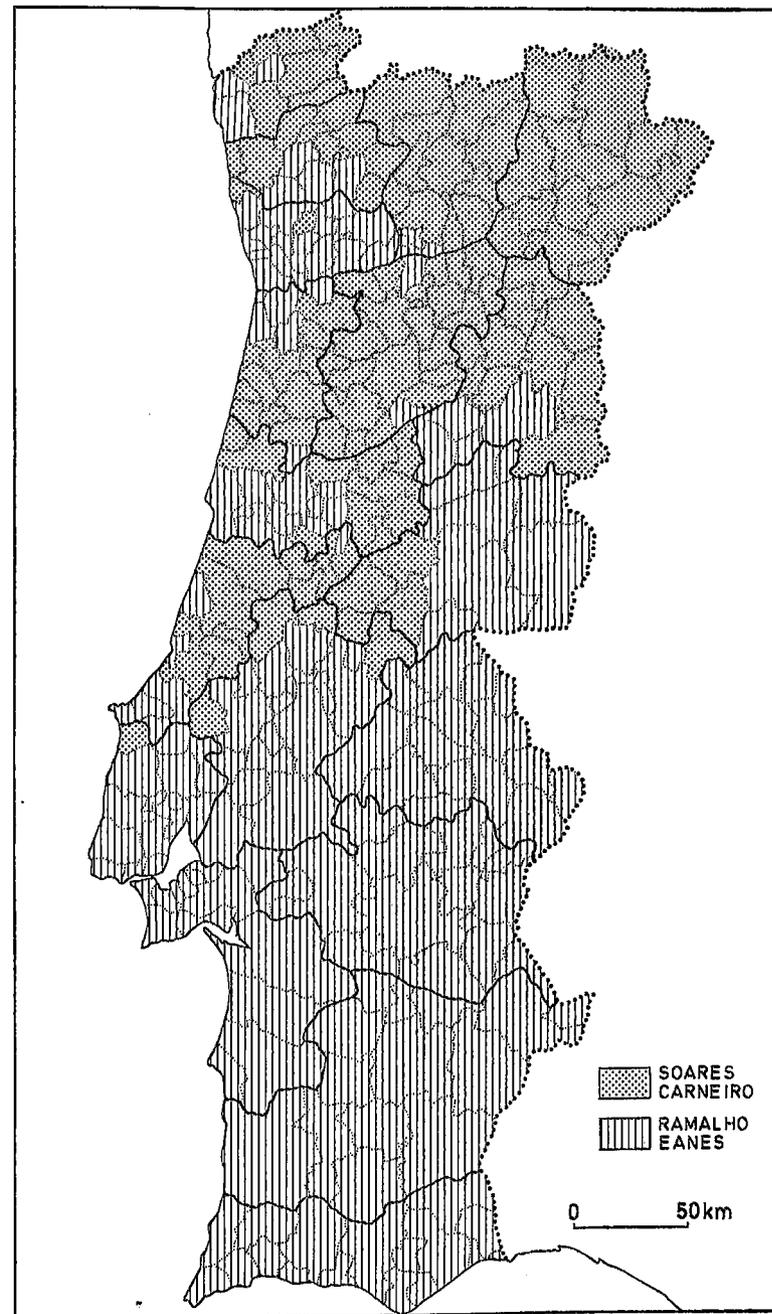
Des. O. Amaral 81

Fig. 3 — Eleições para a Assembleia da República — 1979.
Formações vencedoras.



Des. D. Amaral

Fig. 4 — Eleições para a Assembleia da República — 1980.
Formações vencedoras.



Des. J. Peres

Fig. 5 — Eleições para a Presidência da República — 1980.
Candidatos vencedores.

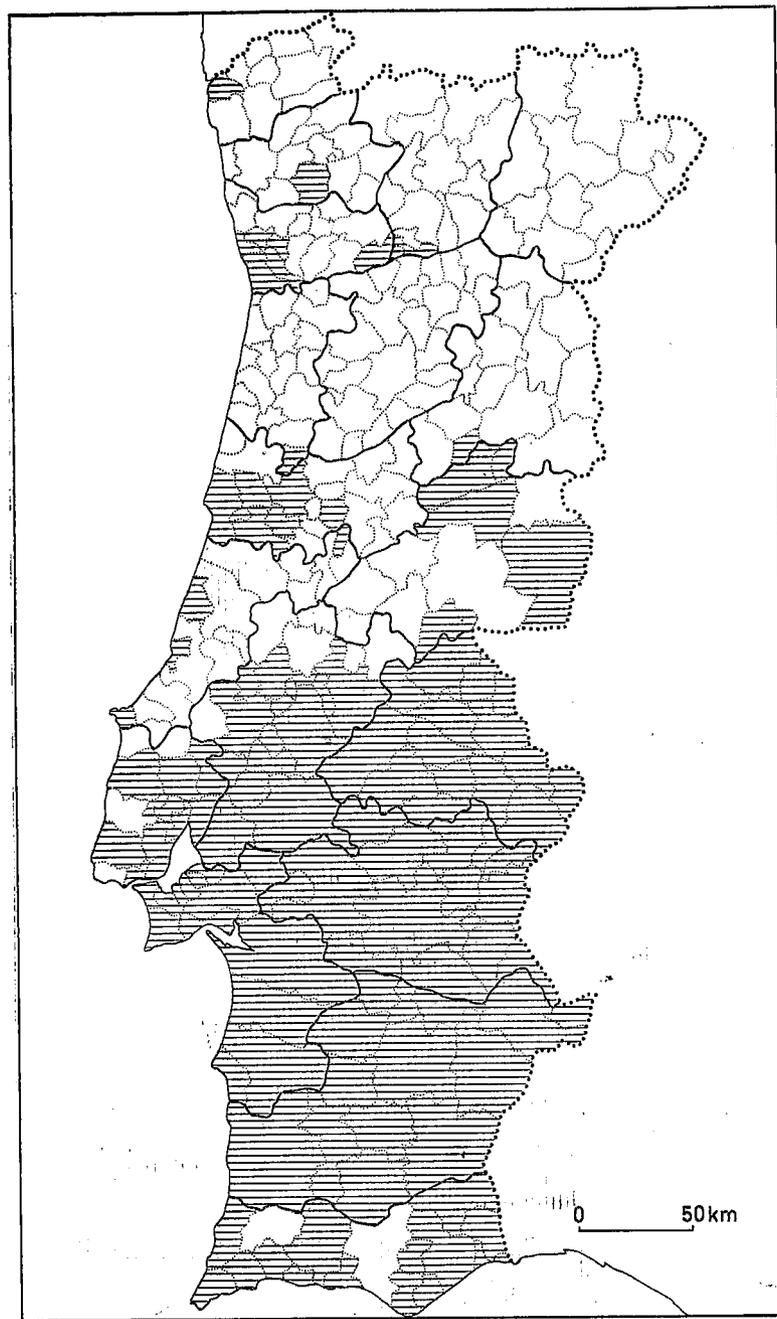


Fig. 6 — Eleições para a Assembleia da República — 1980. Concelhos onde a votação conjunta na FRS e APU é superior à votação na AD.

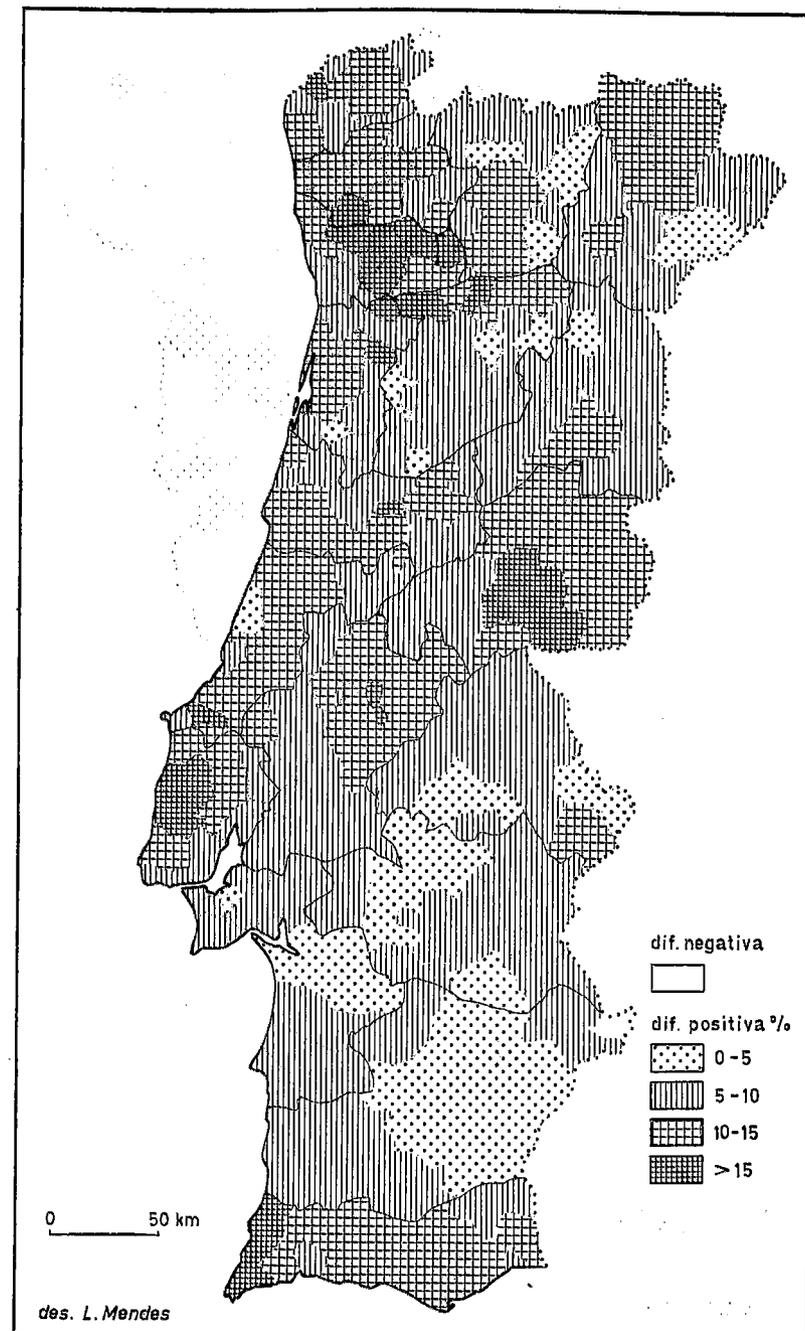


Fig. 7 — Diferença entre a votação em Ramalho Eanes e a dos partidos que o apoiaram — 1980.

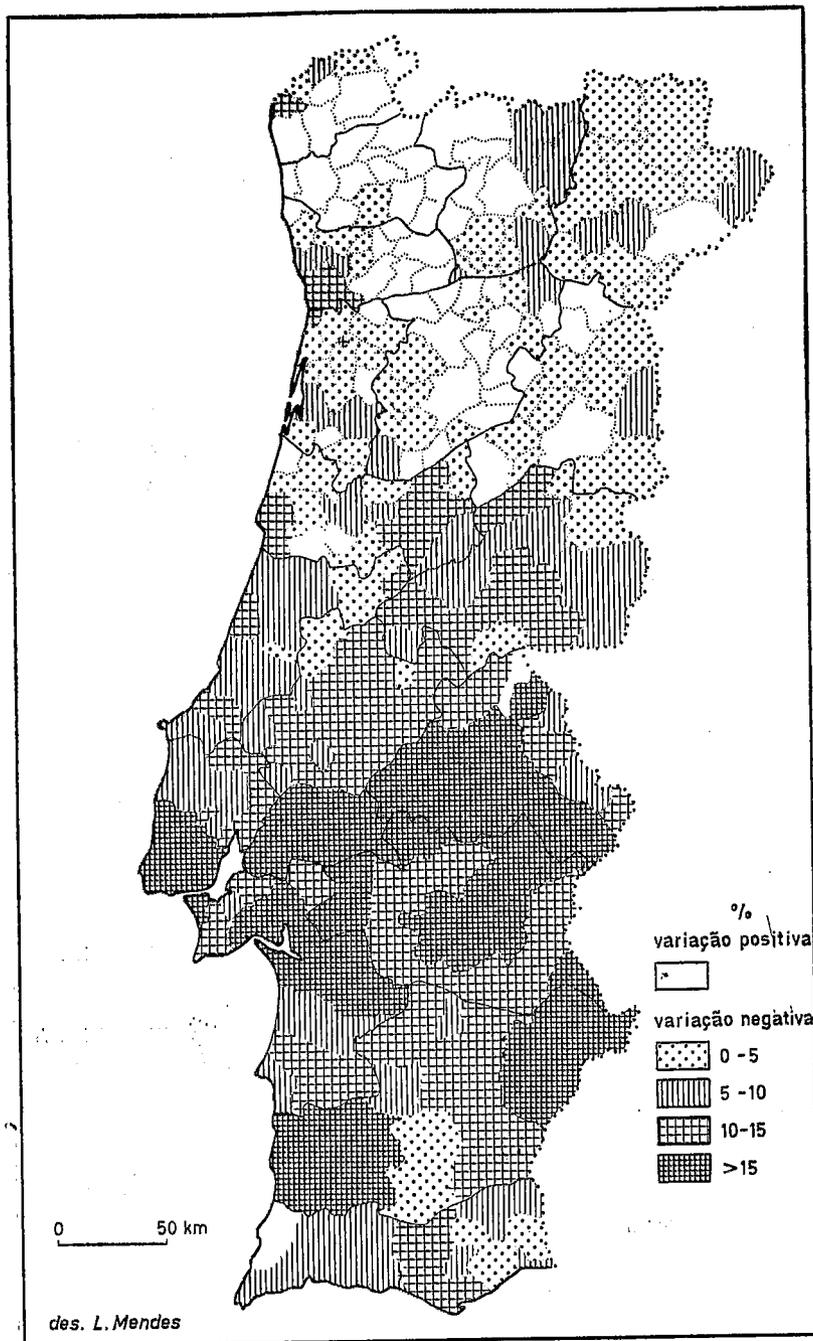


Fig. 8 — Variação entre a votação no PS em 1975 e na FRS em 1980.

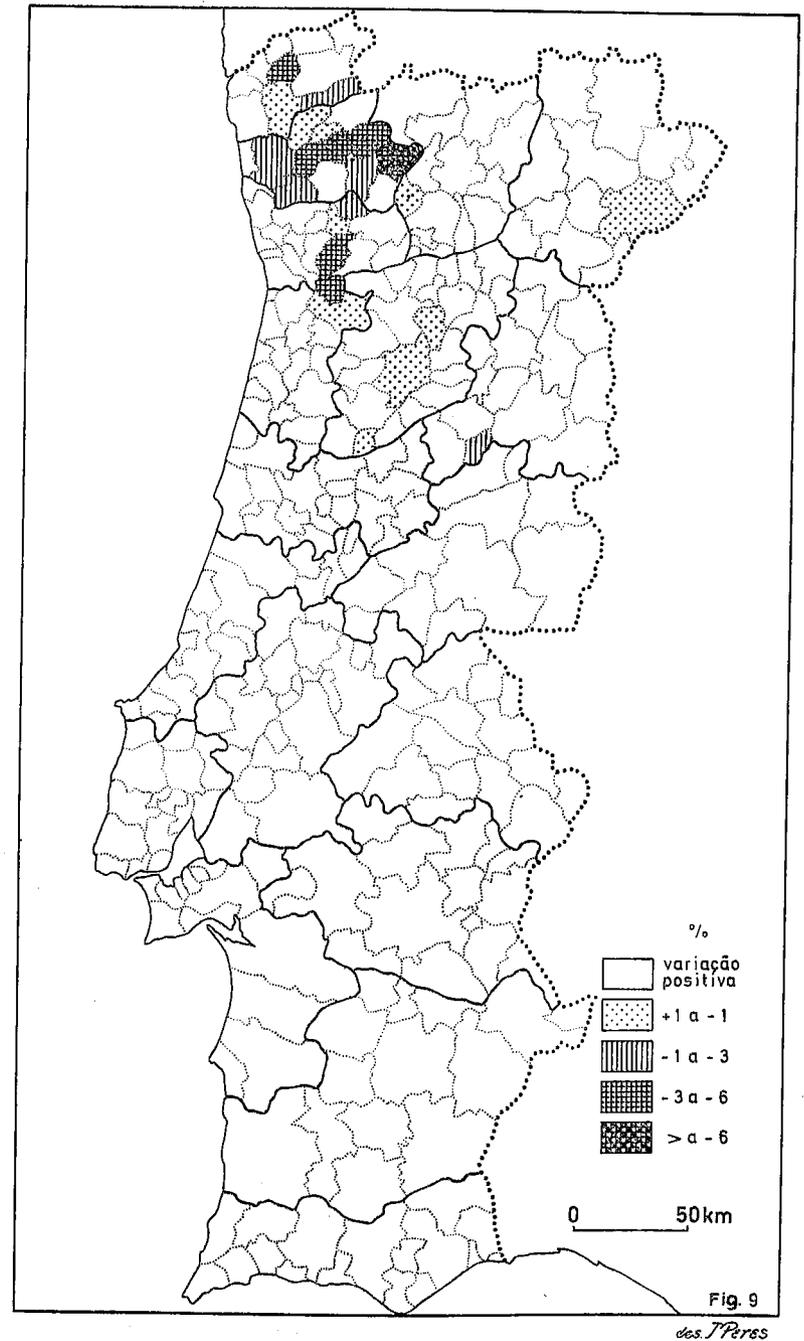


Fig. 9 — Variação da votação na AD, entre 1975 e 1980.

contudo, que as áreas onde se deram as maiores descidas do PS são, em linhas gerais, aquelas onde a variação positiva entre Ramalho Eanes e os partidos apoiantes é menor; paralelamente, as áreas onde essa variação foi mais acentuada correspondem, em muitos casos, a concelhos onde o eleitorado socialista se vem alargando desde 1975.

De facto, a mobilidade do eleitorado registada na eleição presidencial no sentido direita-esquerda parece relacionar-se com diferentes factores, espacialmente diferenciados. Assim, enquanto no Alentejo a diferença entre a votação em Ramalho Eanes e os partidos que o apoiaram pode, eventualmente, corresponder a uma margem do eleitorado que tinha abandonado o PS, no Norte Litoral essa diferença deve-se, sem dúvida, à deslocação do eleitorado afecto à direita, que se tem verificado desde 1975 (fig. 9). Em termos gerais, nas restantes áreas do país nota-se uma conjugação das duas situações apresentadas.

CONCLUSÕES

Com base na análise estatístico-cartográfica referente às eleições legislativa e presidencial, realizadas em 1980, parece-nos importante apontar algumas hipóteses explicativas da diferenciação do comportamento entre os dois actos eleitorais:

— A votação obtida por Ramalho Eanes no Norte Litoral, que como vimos anteriormente se liga a uma deslocação do eleitorado afecto à AD, parece-nos não corresponder a um fenómeno exclusivo desta eleição, embora tivesse atingido na eleição presidencial uma maior dimensão. De facto, tem-se verificado a descida da direita nesta área desde 1975, o que hipoteticamente poderá estar ligado a uma alteração da estrutura social, associada não só ao crescimento industrial registado nos últimos anos nesta área, e que induz a proletarianização do campesinato, como à crescente integração das actividades artesanais e agrícolas na economia de mercado.

— A votação em Ramalho Eanes traduz diferentes objectivos; se, para a esquerda do PS, Eanes foi a opção «possível», na medida em que objectivamente foi a única candidatura com possibilidades de derrotar a direita, para o eleitorado que anteriormente votou AD, o voto em Ramalho Eanes pode representar a pretensão de evitar situações de instabilidade, criadas por substituições nos órgãos de poder.

Pensamos que, quanto a este aspecto, a eleição presidencial se distingue da legislativa, na medida em que os órgãos que elegem se diferenciam pelo facto de serem ou não colectivos e de terem diferentes atribuições. No caso da eleição legislativa, onde se escolhe o Parlamento e indirectamente o governo, órgãos colectivos com atribuições legislativas e executivas, razões como o «desgaste do poder» (que afecta particularmente o executivo) têm grande peso na decisão dos eleitores.

— A votação em Soares Carneiro parece-nos não traduzir o peso real da direita, na medida em que a imagem dada pelo candidato da AD se identificou mais com uma alteração significativa do regime

democrático do que com os interesses político-económicos que o eleitorado de direita pretende defender votando AD. Esta hipótese confirma ainda a importância do carácter personalizado da eleição presidencial.

— Por último, queremos deixar como hipótese explicativa a eventual importância que a organização duma campanha eleitoral possa ter na decisão do voto.

ISABEL MARGARIDA ANDRÉ e FERNANDO HONÓRIO